

2. A importância da relação primária

O estudo da psicologia infantil começou a desenvolver-se no final da década de 40, com a observação direta de crianças e suas mães (Brazelton e Cramer, 1992). Freud foi um dos pioneiros no início do século XX quando, em seus estudos, mostrou como os primeiros anos de vida da pessoa influenciam no desenvolvimento da personalidade e no seu modo de vida atual. Entretanto, sua teoria do desenvolvimento psicosssexual da criança partiu da reconstrução do passado dos pacientes adultos que se encontravam em processo analítico com ele. Posteriormente, outros psicanalistas como Spitz, Anna Freud, Bowlby, Winnicott, Bion, entre outros, avançaram por este campo.

As primeiras pesquisas avaliaram o comportamento de crianças separadas dos pais; René Spitz observou as crianças em instituição e Anna Freud, sob condições de guerra. Esses estudos apontaram para “os mecanismos defensivos que as situações de tensão desencadeavam nas crianças” (Brazelton e Cramer, 1992:103) e descreveram as patologias resultantes da falta de cuidado materno. Assim, ressaltou-se a importância crucial dessa relação primordial.

Com os trabalhos de Winnicott e Bion, por exemplo, a vida de fantasia da mãe, seus devaneios, preocupações e identificações projetivas, assumiram um papel único e especial para o desenvolvimento psíquico do bebê. A importância das representações da mãe está evidente na atenção dada ao “bebê imaginário” e ao “bebê fantasmático” nos problemas precoces do período de bebê. Vale a pena ressaltar que não se pretende com isso culpabilizar a mãe, uma vez que o agente patogênico são as suas representações. O que está em questão é o peso dado às representações parentais como uma causa contribuidora de psicopatologia (Lebovici, 1987; Stern, 1997).

Um outro autor importante neste campo foi Bowlby. Brazelton e Cramer (1992) afirmam que o termo *interação* foi empregado pela primeira vez por ele em 1958, num ensaio chamado “The nature of the child’s tie to his mother”. Bowlby direcionou seu interesse para os efeitos da separação da criança pequena de sua mãe, propondo a teoria do apego para definir a natureza do elo que as une. Em suas pesquisas fazia uso do método observacional ou etológico. Por exemplo, tomou da etologia a idéia de “mecanismos inatos específicos da espécie”;

considerava a sucção, o agarrar, o chorar e o sorrir modalidades básicas e inatas de interação e apego à mãe. Ressalta a importância da qualidade do cuidado materno nos primeiros anos de vida da criança e aponta para os efeitos da separação ou da privação materna. Descreve as reações da criança pequena ao ser separada de sua mãe numa seqüência de três fases:

- fase 1: de protesto, caracterizado pelo choro e grande dor diante da separação de sua mãe;
- fase 2: de apatia com desesperança cada vez maior;
- fase 3: de desapego, ou seja, a criança aceita a separação de forma passiva e age indiferentemente com aqueles que dela passam a tomar conta. (Bowlby, 1972)

Ele também destaca a influência mútua nesta interação, isto é, cada membro (mãe e bebê) age sobre e molda o outro, mas é também moldado por este.

Os estudos etológicos fizeram emergir a capacidade do recém-nascido de ajustar-se ativamente à interação. Brazelton e Cramer (1992) discorrem sobre a importância da observação etológica contrapondo-a ao pensamento psicanalítico:

“ (...) da etologia nos vem a noção da competência da criança e da influência que ela exerce sobre quem cuida dela. O pensamento psicanalítico anterior enfatizava, por contraste, a dependência da criança em relação à mãe, a necessidade da gratificação para manter sob controle a tensão dos impulsos. A mãe era vista como a principal fonte de gratificação; assim, todo fracasso na interação era visto como um fracasso na mãe” (p. 106)

Entretanto, a influência da etologia limitou os estudos sobre interação à descrição do comportamento manifesto, não sendo possível arriscar interpretações da motivação ou do significado oculto.

As pesquisas de Spitz (1992) também contribuíram para o entendimento da interação mãe-bebê. Seu trabalho baseou-se em observações diretas e experimentos com crianças, aproximando assim a psicanálise com o método experimental. Ele pretendia apresentar idéias sobre as relações objetais – início, desenvolvimento, estágios e algumas anomalias.

Spitz parte de um conceito semelhante ao de Freud em relação ao recém-nascido: é um organismo psicologicamente indiferenciado, nascido com um equipamento congênito e certas tendências. Portanto, para o bebê crescer e se desenvolver é necessário o estabelecimento de relações objetais cada vez mais significativas. Este autor credita também importância ao ambiente, sendo este representado inicialmente pela mãe. Para ele, a reciprocidade entre mãe e filho constitui um fator importante para a construção da imagem do mundo para o bebê. No decorrer de seus primeiros meses, a percepção afetiva e os afetos predominam na experiência do bebê. As diferenças na atitude do bebê irão modelar as relações com sua mãe, assim como, o problema da mãe irá refletir no comportamento do bebê:

“na relação mãe-filho, a mãe é o parceiro ativo e dominante. A criança, pelo menos no início, é a receptora passiva. Isso nos leva à nossa primeira afirmação: distúrbios da personalidade materna se refletirão em perturbações na criança (...) e a nossa segunda hipótese: na primeira infância, as influências psicológicas prejudiciais são a consequência de relações insatisfatórias entre mãe e filho” (Spitz, 1992: 153).

As relações insatisfatórias são patogênicas e podem ser divididas em duas categorias: a) relações inadequadas entre mãe e filho (fator qualitativo) e b) relações insuficientes (fator quantitativo). Esses dois tipos de relação conduzem a uma série de distúrbios na criança, que vão desde o acometimento por doenças psicossomáticas (cólicas, eczemas) até a **depressão anaclítica** e ao **hospitalismo**, que tratam da deterioração do desenvolvimento social, afetivo e motor das crianças, que passam a responder cada vez menos à estimulação ambiental devido à privação emocional, parcial ou total, da figura materna (Werner, 2002).

Um outro autor que merece destaque neste campo relacional é Leon Kreisler. Ele ressalta que no caso de se tratar de um bebê doente, nossa atenção deve ser dirigida para as modalidades interativas geradoras de buracos relacionais ou de distorções que introduzem falhas objetais. Os estudos da interação precoce mãe-filho apontam para o potencial com o qual o bebê é dotado para sustentar a relação com a mãe. E esta revela no seu discurso e comportamento em que

ambiente psíquico o bebê é cuidado (Kreisler, 1999). Essas idéias correspondem à afirmação de Winnicott – um bebê não pode existir sozinho, mas é parte de uma relação. Sempre que encontramos um bebê, encontramos também a maternagem (Winnicott, 1999). De modo semelhante Kreisler afirma que um bebê é verdade tanto mais que sua existência só se mantém numa fusão simbiótica com a mãe.

As recentes pesquisas de observação direta do comportamento interativo da díade mãe-bebê revelam também que o bebê não se encontra em um estado autista ao nascer. Os trabalhos de Brazelton e Cramer (1992), Lebovici (1987) e Stern (1992; 1997) apontam para a noção de que, desde os primeiros momentos de vida extra-uterina, o recém-nascido está constitucionalmente equipado para perceber e entrar em diálogo com a mãe ou substituta. Os trabalhos de Trewarten (1975) e Druon (1997), citados por Gomes (2000), de observações realizadas com recém-nascidos prematuros corroboram essa concepção.

Trewarten coloca que os recém-nascidos são capazes de discernir os sinais emitidos pelas pessoas, por que eles já nascem com um potencial perceptivo-motor inato que os preparam para empreender a comunicação inicial. O autor menciona situações observadas com prematuros de 28 semanas, capazes de se engajar numa espécie de dueto vocalizado com um parceiro (Gomes, 2000).

Os estudos de Druon (1997) também apontam para os indícios dessa comunicação precoce. Observando recém-nascidos prematuros num serviço especializado de neonatologia na França, a autora mostra como estes sentem os cuidados que os auxiliam a viver e como discernem a presença materna:

“(...) é a mão que se fecha sobre um dedo dentro dela, estiramentos do corpo, a qualidade do olhar quando a criança está melhor (...), uma cabeça que vira em direção da pessoa que chama suavemente o bebê” (Druon, 1995 apud Gomes, 2000:18)

De modo semelhante foi constatada retração do contato, parada no desenvolvimento normal, perda do olhar do bebê após uma traqueostomia, por exemplo, ou após uma descontinuidade da presença materna. Esses dados confirmam que a vida psíquica vai se organizando em torno da possibilidade de

continuar a existir e que os primeiros vínculos, mesmo frágeis, já estão instalados (Druon, 1995 apud Gomes, 2000).

Essa reciprocidade na comunicação mãe-bebê é também enfatizada por Stern (1997). Ele coloca que, com o nascimento do bebê, a mãe entra em uma nova e única organização psíquica denominada de “constelação da maternidade” (conceito semelhante ao de *preocupação materna primária* de Winnicott). Esta nova organização, que é temporária, vai determinar uma nova série de tendências de ação, sensibilidade, fantasias, medos e desejos. A constelação da maternidade se refere a três preocupações e discursos diferentes, mas relacionados que acontecem interna e externamente: o discurso da mãe com sua própria mãe, seu discurso consigo mesma como mãe e seu discurso com o bebê. Neste período, as figuras masculinas, o pai e o marido, se conjugam no papel de suporte ambiental, de proteção, de apoio físico e psicológico.

Um outro aspecto levantado por Stern com base nas recentes descobertas no campo das neurociências cognitivas (Edelman, 1989 e Bartlet, 1974 apud Stern , 1997) diz respeito ao **contexto evocativo presente**. O contexto presente é considerado como a chave para aquilo que é evocado na memória e para a maneira pela qual isso é integrado. Para uma mãe, as interações cotidianas com seu bebê constituem o contexto evocativo presente. Ou seja, as memórias ou fragmentos memoriais armazenados da mãe também incluem ambos os lados de sua interação com a própria mãe quando ela era pequena: as partes que ela experienciou como bebê, enquanto interagia com a mãe, e as partes da experiência da mãe de interagir com ela que ela experienciou empaticamente (através da imitação e identificação primária).

Dando continuidade ao estudo da relação mãe-bebê centralizaremos nossa atenção na teoria de Winnicott, pediatra e psicanalista, que nos remete aos estágios mais primitivos do desenvolvimento emocional, reforçando a importância do ambiente e da relação primária.